

Interdição do Complexo Aquático de Piracicaba completa um ano

Entre 2010 e 2020, foram realizados sete processos licitatórios para intervenções

Neste mês de janeiro faz exatamente um ano que o Complexo Aquático Dr. Samuel de Castro Neves, no município de Piracicaba, está interditado por seus problemas estruturais.

Segundo as informações, o local está oficialmente em processo de reforma, mas as obras permanecem paralisadas, enquanto a Prefeitura aguarda a conclusão de laudos técnicos e realiza um processo administrativo contra a empresa responsável pela última intervenção no espaço.

Motivo

A paralisação, de acordo com a prefeitura, ocorre em razão da necessidade de análises técnicas que identifiquem a origem das falhas estruturais verificadas após a retomada parcial do complexo. Ao mesmo tempo, o município investiga possíveis responsabilidades contratuais da empresa responsável pelas intervenções anteriores.

Previamente

Antes de ser interditado, o Complexo Aquático de Piracicaba recebia entre 600 e mil usuários, com a oferta de aulas de natação, hidroginástica e outras práticas aquáticas.

A suspensão das atividades, de acordo com as informações divulgadas, afetou diretamente pessoas de várias idades, além de atletas e projetos esportivos vinculados ao município.



Prefeitura de Piracicaba

O local está oficialmente em processo de reforma, mas as obras permanecem paralisadas

Interdição e paralisação

A interdição mais recente aconteceu no início de janeiro de 2025, após a Prefeitura de Piracicaba constatar problemas estruturais que, de acordo com a Administração, representavam risco à integridade dos usuários.

“O local, que passou por reformas em administrações anteriores e foi reaberto em 2022, apresenta problemas graves em sua estrutura e oferece riscos à segurança dos frequentadores, por isso a decisão pelo seu fechamen-

to”, escreveu o órgão municipal no período mencionado.

Já em julho de 2025, o município informou que aguardava a conclusão de um laudo técnico para definir quais intervenções seriam necessárias, documento que segue sendo determinante para o início das obras. Até agora, nenhum trabalho de recuperação estrutural foi executado.

Os problemas estruturais mais recentes identificados no complexo incluem piscinas fora de operação, com trechos danificados e acúmulo de água e sujei-

ra, além de rachaduras e desníveis nas bordas, sobretudo na área dos trampolins. Também foram constatados vazamentos no telhado, que provocam infiltrações sob as arquibancadas, paredes com manchas de umidade e bolor, portas de madeira deterioradas pela exposição constante à água e a casa de máquinas com água acumulada no piso e equipamentos inativos. De acordo com a prefeitura, intervenções realizadas anteriormente apenas mascararam as falhas estruturais existentes.

Gastos

Ainda segundo a prefeitura, entre 2010 e 2020, o município realizou sete processos licitatórios para intervenções no complexo, com investimento estimado em R\$ 2,25 milhões, sem que os problemas fossem solucionados de forma definitiva.

As informações mostram que reforma mais recente e de maior porte começou em 2020, com valor licitado de R\$ 1,29 milhão, sendo finalizada em 2021, porém entregue com irregularidades.

A empresa executora foi acionada diversas vezes para realizar os ajustes necessários. Apesar das falhas, o espaço voltou a funcionar em 2022, mas os problemas estruturais continuaram e resultaram em uma nova interdição em 2025.

História

Inaugurado em 1976, o Complexo Aquático de Piracicaba começou a apresentar falhas estruturais significativas a partir de 2018, quando um vazamento resultou na interdição da piscina principal. Desde então, o espaço enfrentou sucessivos atrasos, obras não concluídas e diversas notificações à empresa responsável pelas intervenções. Após permanecer fechado por mais de quatro anos, o complexo foi reaberto no segundo semestre de 2022, porém voltou a ser interditado em janeiro de 2025. Em janeiro de 2026, o local completa um ano fechado novamente, ainda sem uma data oficial para reabertura.

Museu da F1 é inaugurado em São Roque em janeiro

Getty Images

O município de São Roque inaugurou, neste mês, o Museu da F1, com a exposição de réplicas de veículos que marcaram o automobilismo.

Assinadas pelo designer Adhemar Cabral, os carros têm tamanho real e foram construídos com o intuito de reproduzi-los da maneira mais fiel possível, segundo as informações.

Ayrton Senna

O acervo do museu tem espaço dedicado a homenagear o piloto Ayrton Senna.

A exposição conta com dois carros usados por ele: a McLaren MP4/8 e o Williams Renault FW16, usados nas temporadas de 1993 e 1994, respectivamente.

Além disso, o espaço inclui duas motocicletas que homenageiam Senna, sendo elas a



Acervo tem espaço dedicado a homenagear Ayrton Senna

Ducati 1199 Panigale Senna e a Ducati Monster Senna Edition.

Modelos

Entre outros modelos, além dos usados por Senna, estão réplicas de veículos pilotados por Juan Manuel Fangio, Nel-

son Piquet e Charles Leclerc.

Local e ingressos

O Museu da F1 está localizado na Estrada do Vinho e as compras de ingressos são feitas pelo site (ingresso.dreamcar-museu.com.br).

Mais de 250 mil motos serão beneficiadas

A nova regra que isenta as motos de até 180 cilindradas do pagamento de IPVA no estado de São Paulo vai beneficiar 252 mil proprietários de veículos neste ano na região de São José do Rio Preto.

O projeto de lei proposto pelo Governo de São Paulo foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e sancionado em 24 de dezembro. A isenção passa a valer já neste ano para motocicletas, ciclomotores e motonetas em situação regular de registro e licenciamento, de até 180 cilindradas, e de propriedade de pessoas físicas.

Números

O número de motos isentas de IPVA no Estado pode chegar a 4,3 milhões, ou 76,3% de toda a frota, que tem 5,7 milhões de motocicletas. Os dados foram

levantados pelo Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) com base nos critérios das novas normas. A medida tem forte impacto no orçamento de quem utiliza a moto como instrumento de trabalho, especialmente entregadores e prestadores de serviço.

“A moto é, para muitos trabalhadores, uma ferramenta de sustento e de mobilidade. A isenção foi planejada com responsabilidade para aliviar o orçamento de quem mais precisa, sem comprometer o equilíbrio das contas do Estado”, afirma o governador Tarcísio de Freitas.

O projeto de lei considerou o papel social e econômico das motocicletas no Estado e foi planejado com base nas projeções fiscais, na atualização da Tabela Fipe para 2026, além de atender à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Da Agência de SP